

Congresso de Saúde defende a estatização

BRASILIA — A estatização progressiva do setor saúde e imediata dos laboratórios farmacêuticos e bancos de sangue foram as decisões mais polêmicas da 8ª Conferência Nacional de Saúde. No decorrer da semana passada, mais de quatro mil representantes de diversos setores da sociedade, dos quais mil com direito a voto, discutiram os temas que acabaram aprovados, sem o apoio unânime dos presentes.

Foram cinco dias de debates acirrados, durante os quais houve consenso na necessidade de se criar um sistema único de saúde, fortalecer a presença do Estado na área e de se definir claramente as fontes de custeio para as ações setoriais. Os participantes concordaram também que a saúde é direito do cidadão e dever do Estado e nesse sentido deve ser incluída como princípio de direito na próxima Constituição. O fortalecimento dos estados e municípios, através de uma reforma fiscal e tributária, foi considerado premissa básica para se obter a unificação do sistema, a ser iniciado com a municipalização dos serviços.

O Vice-Diretor do Grupo de Apoio à Prevenção da Aids, Paulo Cesar Bonfim, queixou-se com o Ministro da Saúde, Roberto Santos, de que o Governo não tem adotado ações concretas para prevenir a doença e os pacientes estão sendo discriminados pelos hospitais, que se recusam a atendê-los. Reclamou também da falta de medicamentos específicos.

23 MAR 1986